

A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social¹

Fabiana Terhaag Merencio²

RESUMO: A partir do final da década de 1970 foram desenvolvidas abordagens que pretendiam inserir o sujeito na teoria social. Apesar dos notórios avanços visando à superação da dicotomia entre estrutura e agente, ainda foram mantidas outras oposições, pois tais perspectivas não incluíam os objetos nas relações sociais. Assim, buscando superar essas dicotomias, foram desenvolvidas perspectivas teóricas preocupadas com o papel dos elementos materiais na rede de relações, focando na agência dos objetos. Este trabalho discorrerá sobre esses estudos com o intuito de verificar se eles fornecem uma superação/dissolução das dicotomias entre objetividade X subjetividade e materialidade X imaterialidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Agência dos objetos; Cultura material; Materialidade; Coisas vivas; Teoria do ator-rede.*

ABSTRACT: Since the late 1970's, approaches were developed which intended to insert the subject within social theory. Despite the notorious advances towards overcoming the dichotomy between structure and agent, other oppositions were still kept, since these perspectives did not include objects in social relations. Thus, seeking to overcome these dichotomies, theoretical perspectives concerned with the role of material elements in the network of relationships were developed, focusing on the agency of objects. This paper will discuss these works with the intention of verifying whether these provide an overcoming/dissolution of dichotomies between objectivity X subjectivity and materiality X immateriality.

KEY-WORDS: *Agency of objects; Material culture; Materiality; Live things; Actor-network theory.*

¹ Discussão inserida no trabalho final apresentado à disciplina de Teoria Antropológica II, ministrada pela professora Dra. Laura Pérez Gil, no segundo semestre de 2012.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS-UFPR), Brasil; e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROAP), Brasil.

Introdução

Buscando superar as dicotomias estabelecidas pelas ditas teorias da “coerção”, como o estrutural-funcionalismo britânico de Radcliffe-Brown e Malinowski, e o estruturalismo francês de Lévi-Strauss, sobretudo entre estrutura e agente, as abordagens orientadas para a prática (*practiced-oriented*) propuseram a reinserção do indivíduo/sujeito/agente na teoria social, a partir da premissa fundamental de que a reprodução e a transformação são resultados da ação humana. As teorias da “coerção” priorizavam a oposição entre a estrutura e agente, considerando que o último, o comportamento do homem, era definido e modelado, *a priori*, por atributos sociais e culturais externos, como a estrutura mental e a própria cultura (ORTNER, 2006a).

Os principais pesquisadores que se propuseram a pensar e apresentar novas abordagens que superassem a oposição entre agente e estrutura foram Pierre Bourdieu, em um artigo publicado originalmente em 1972 (BOURDIEU, 1994), e Marshall Sahlins, em 1981 (SAHLINS, 2008). Ambos apresentaram investidas teóricas e metodológicas que visavam às relações dialéticas entre as estruturas que moldavam as práticas dos agentes, mas que também poderiam ser transformadas pela própria prática dos mesmos sujeitos, os atores sociais. Apesar desse objetivo comum, pode-se apontar que Bourdieu focou-se no impacto da estrutura sobre a prática, enquanto Sahlins priorizou a ação da prática sobre a estrutura (ORTNER, 2006a).

Bourdieu, ao buscar o conhecimento praxiológico para superar as teorias da “coerção”, concebeu uma via que relacionou dialeticamente a ação do sujeito, ou seja, a prática, com a construção da estrutura, correspondendo esta última às relações voltadas às condições materiais — em um sentido estritamente marxista. Cabe salientar que a estrutura, como proposta por Bourdieu, é o resultado de processos históricos específicos, ou seja, a conjuntura. Como mediador entre a estrutura social e a

conjuntura, Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus*, definido pelo autor como um sistema de disposições duráveis, por exemplo, a educação e modos de ser. O *habitus*, portanto, é o resultado de estruturas particulares nas quais o sujeito está inserido, de tal forma que o indivíduo o incorpora de maneira inconsciente.

Isso não significa que o *habitus* seja igual para todos: pessoas que pertencem a uma mesma estrutura possuem um *habitus* interiorizado de modo similar; assim sendo, indivíduos que pertencem a uma determinada classe social só poderão, a princípio, atingir as oportunidades disponíveis dentro da gama de opções desse mesmo *habitus*, a não ser que sejam criadas novas predisposições para o/pelo sujeito, que possibilitarão o acesso a novas oportunidades. Conclui-se, assim, que o *habitus* não é determinante para a prática do sujeito, mas que a orienta (BOURDIEU, 1994). De todo modo, a abordagem de Bourdieu centraliza-se na relação dialética entre sujeito e estrutura, tendo-se a impressão, em alguns momentos, de que a estrutura ainda prevalece como condicionante na prática dos sujeitos.

Por outro lado, Sahlins foca sua abordagem nas transformações e modificações da estrutura motivadas pela prática do sujeito, atribuindo maior peso à intencionalidade dos agentes. Sua abordagem da prática centraliza-se no conceito de estrutura da conjuntura, que nada mais é do que as relações de elementos considerando-se o conteúdo e a temporalidade das relações. Tal conceito possibilita apreender que as apropriações de acontecimentos por sociedades e indivíduos que, por sua vez, agregam interpretação originando o evento, resultam em um processo de interpretação que acarreta na revalorização dos significados, o que, por fim, transforma a estrutura, pois se novos significados são atribuídos aos elementos, novas relações se configuram a partir de então.

Assim, a mudança na estrutura nada mais seria do que uma falha em uma tentativa de reprodução de um esquema de relações entre elementos, cujos significados foram alterados. Esse processo

de ressignificação não ocorre de maneira desordenada, mas, sim, de acordo com os interesses e intencionalidades dos papéis sociais dos agentes, como no caso do tabu dos alimentos das mulheres havaianas ou na adoção do mana europeu pelos parentes colaterais do chefe principal. Mas mesmo com a ênfase na intencionalidade do sujeito, assim como em Bourdieu, também se tem a impressão de que a estrutura prevalece sobre a ação do indivíduo, sobretudo quando se considera o caso havaiano, quando, mesmo após tantas ressignificações de elementos, a estrutura aparentemente não mudou (SAHLINS, 2008).

As abordagens orientadas para a prática resumidas anteriormente, assim como outras (ORTNER, 2006b), mesmo tendendo a priorizarem a força da estrutura na relação dialética, também focam na agência no indivíduo, em sua capacidade de modificar a estrutura, direcionando um olhar sobretudo para a intencionalidade dos sujeitos. Dessa forma, e por outro lado, essas mesmas abordagens não consideram os demais elementos que compõem a rede de relações sociais, pelo fato de serem considerados não humanos, não sujeitos³, e não possuindo qualidades biológicas dos seres vivos. Assim, são mantidas outras dicotomias, a saber: materialidade X imaterialidade e objetividade X subjetividade.

Essa posição resulta na adoção de uma concepção assimétrica de ator, como aponta Bruno Latour (2008 [2005], p.108-109) ao exemplificar tal postura em Durkheim, em sua concepção de constituição interna de grupo social composta por dois elementos, pessoas e coisas (objetos materiais e produtos da ação humana, como leis e textos literários), enfatizando que as transformações sociais não podem ser provenientes de elementos

³ Sobre a dicotomia entre atores humanos e não humanos, Latour afirma que tal utilização pode decorrer de um emprego antropocêntrico dessa oposição, sendo melhor substituí-la pela entre sujeito e objetos, considerada pelo autor como uma dicotomia insuperável. Tal formulação busca apresentar somente uma diferenciação conceitual entre ambos, e não necessariamente ontológica (LATOUR, 2008 [2005], p.107-108, nota de rodapé 16).

materiais e imateriais, pois estes não possuem poder de motivação (*puissance motrice*), e, sobretudo, porque não liberam energia social (*aucune force vive*), sendo somente atribuído às pessoas o poder de motivação, agindo sobre a matéria (DURKHEIM, 1966, p.113 *apud* LATOUR, *op. cit.*, p.108-109).

As motivações das ações de agentes humanos não resultam tão somente da ação e/ou presença de outros elementos humanos em suas cadeias de relações. Elementos materiais, não humanos ou objetos também podem ter o mesmo poder de indução de ação, como os objetos religiosos, que motivam determinadas condutas, como dar banho e ofertar alimentos a estatuetas de entidades religiosas (GELL, 1998), ou equipamentos dispostos em uma sala de aula ocidental, como projetores ou quadros-negros, que direcionam e possibilitam a ação de um sujeito (LATOUR, 2008 [2005]). Assim, não levar em conta a agência dos objetos, principalmente se se considerar a grande presença destes em nossas relações, não só na atualidade, como também no passado, é eliminar e obscurecer uma grande parcela do entendimento das motivações e ações nossas e dos demais. Como ressalta Aroni:

Os sujeitos se criam ao criar os objetos, a materialidade tangível, que, mesmo assumindo vida própria, não deixa de marcar as relações que os constituíram. [...] A cultura material surge como um lugar privilegiado para se observar como se cristalizam as intencionalidades humanas, [...]. Um paradoxo, portanto, se faz necessário: a materialidade é tão importante justamente porque ela é o cultivo da imaterialidade. (ARONI, 2010, p.05-13)

O propósito deste artigo é discorrer sobre abordagens orientadas para a prática que incluem a agência dos objetos na rede

de relações sociais com o intuito de verificar se, de fato, essas abordagens fornecem uma superação/dissolução das dicotomias entre objetividade X subjetividade e materialidade X imaterialidade. Seguindo esta via, pesquisadores como Bruno Latour (2008 [2005]), Alfred Gell (1998) e Tim Ingold (2008) têm, nos últimos anos, desenvolvido diferentes abordagens que discutem a respeito da agência de elementos não materiais na teoria social.

A pessoa distribuída: a agência passiva

Primeiramente, é importante ressaltar que, apesar das abordagens desenvolvidas a partir do final da década de 1990 a favor de uma agência dos objetos serem uma grande novidade, à primeira vista, nas Ciências Sociais, o assunto já foi abordado pela Filosofia, em 1948, por Maurice Merleau-Ponty, que considerou os objetos como elementos fundamentais para o despertar de determinados sentimentos e ações. Além disso, Merleau-Ponty entendia que a escolha de determinados objetos pelos homens para estarem em seu meio relacionava-se aos gostos e postura adotados:

[...] as coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo e ao ser exterior são lidos nos objetos que ele escolheu par ter à sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear.” (MERLEAU-PONTY, 2004, p.23 *apud* ALVES, 2008, p.323)

Segundo Caleb Farias Alves (2008), a proposição de Merleau-Ponty foi fundamental e inovadora, não só porque propôs

que os objetos fossem tratados como pessoas, mas sobretudo porque enfatizava a necessidade de se considerar as relações internas dos conjuntos de elementos que possibilitariam atribuir qualidades estéticas a um determinado objeto em um certo contexto, em uma perspectiva relacional. Assim, se eliminaria a existência da ideia predominante de que objetos estéticos têm que necessariamente compartilhar propriedades estéticas, o que normalmente englobaria um olhar etnocêntrico da arte.

Especificamente na Antropologia, a perspectiva de tratar objetos de arte como pessoas pode ser encontrada no trabalho de Alfred Gell, que influenciado pela antropologia cognitivista e preocupado com a abordagem da antropologia da arte em objetos provenientes de perspectivas diversas da ocidental (as consideradas artes primitivas ou etnográficas) formulou uma teoria na qual a natureza de um objeto de arte adquire um caráter totalmente relacional, não sendo possível concluir de antemão se determinado objeto é arte ou não sem que seja considerada a matriz social/relacional na qual ele está inserido, assim como Merleau-Ponty considera.

O principal ponto de sua abordagem é a aproximação das noções de pessoa e objeto, e o consequente tratamento de objetos como pessoas a partir da constatação de que eles também são destino e origem de agência social, *“(...) já que a prática de adoração de imagens emana o ‘outro’ como um ser co-presente, dotado de consciência, intenções e paixões semelhantes às nossas próprias”* (ARONI, 2010, p.6). Assim, a definição de agência para Gell envolve a concepção de um agente que é a fonte de sequências de ações: *“Agency is attributable to those persons (and things, see below) who/which are seen as initiating causal sequences... events caused by acts of mind or will or intention.... An agent is the source, the origin, of causal events, independently of the state of the physical universe.”* (GELL, 1998, p.16).

Todavia, Gell enfatiza que os objetos de arte não são agentes autossuficientes, não podendo ser agentes por si sós;

objetos de arte possuem o que o autor denomina abdução de agência: “[...]‘art-like situations’ can be discriminated as those in which the material ‘index’ (the visible, physical, ‘thing’) permits a particular cognitive operation which I identify as the abduction of agency” (GELL, 1998, p.13). A abdução de agência dos objetos de arte, proposta por Gell, resulta na atribuição de um papel de agente secundário aos objetos (agência passiva), capacitando-os como origem e destino de agência social dentro de um quadro de relações sociais específicas e próximas, que possuem uma relação intersubjetiva com o agente humano, pois sua produção, uso e significação decorrem da ação humana.

Assim, a agência social proposta por Gell descarta a exigência de atributos biológicos como condicionantes fundamentais para fonte e causa de agência pois, na realidade, aquela depende de onde e como uma pessoa ou objeto estão inseridos em uma rede de relações sociais que, por sua vez, apresenta características de pessoas-agentes, como fonte e causa de ações (GELL, 1998⁴; XAVIER, 2007). A característica relacional no conceito de agência de Gell é fundamental para tratar objetos como pessoas pois, como aponta Aroni (2010), possibilita que lhes sejam agregadas características de função e forma semelhantes às humanas, resultando na construção de um objeto que possui uma “(...)‘substância-agência’ invisível, onde se codifica toda a rede de relações, intencionalidades e subjetividades envolvidas no seu processo de produção” (ARONI, 2010, p. 6). A agência construída dos objetos pode ainda decorrer de duas estratégias: a externalista,

⁴Sobre a agência de objetos e pessoas e abdução de agência dos objetos, Segundo Gell: “They cannot confuse the two, but it remains possible that persons have attributes which can be also possessed by stocks and stones without prejudice to their categorical differences from persons. That is to say ‘social agents’ can be drawn from categories which are as different as chalk and cheese (in fact, rather more different) because ‘social agency’ is not defined in terms of ‘basic’ biological attributes (such as inanimate thing vs. incarnate person) but is relational – it does not matter, in ascribing ‘social agent’ status, what a thing (or a person) ‘is’ in itself; what matters is where it stands in network of social relations.” (GELL, 1998, p.123)

onde uma figura ou objeto é tratado como uma pessoa (recebendo banho, oferendas, entre outros) e é internalizado como pessoa dentro de uma rede de relações específicas, e a internalista, na qual é atribuída uma vida interior a um determinado objeto, resultando em um *homunculus*, que, segundo Dennett, corresponde ao intérprete que atribui vida ao objeto:

[...] nothing is intrinsically a representation of anything; something is a representation only for or to someone; any representation or system of representations thus requires at least one user or interpreter of the representation who is to it. Any such interpreter must have a variety of psychological or intentional traits... it must be capable of a variety of comprehension, and must have beliefs and goals (so it can use the representation to inform itself and thus assist it in reaching its goals). Such an interpreter is then a sort of homunculus.” (DENNETT, 1979, p.119-122 *apud* GELL, 1998, p.130)

Tem-se, assim, que o objeto em si é um recipiente da substância-agência atribuída pelo agente humano, que possui uma agência ativa, e a partir disso o objeto passa a possuir as características básicas de um agente secundário, uma agência passiva. Nesse processo de atribuição da substância-agência pela pessoa, a agência é distribuída de acordo com as intencionalidades do sujeito nos produtos materiais de sua criação ou não (no caso objetos industrializados), especificamente objetos de arte, agregando imaterialidade aos objetos (ARONI, 2010). Tendo delineado a teoria da agência dos objetos de arte, Gell se propõe a compreender como a agência é distribuída entre pessoas e objetos, considerando principalmente a capacidade de abdução de agência.

Todavia, apesar de incluir os objetos na teoria social, tratando-os como pessoas e como fonte/causa de uma agência social, Gell enfatiza em seu trabalho que essa agência, apesar de ser e estar distribuída em toda rede de relações sociais, a distribuição de agência se dá maneira diferencial, ao atribuir uma agência ativa aos humanos e uma passiva aos objetos. Mesmo tendo como objetivo eliminar as dicotomias entre objetividade X subjetividade e materialidade X imaterialidade, Gell apresenta uma teoria de agência de objetos que, ao final, não dissolve totalmente essas dicotomias pois, mesmo afirmando que a agência está distribuída na rede de relações, esta agência distribuída refere-se à da pessoa: é ela quem atribuiu a agência a um objeto ao produzi-lo, usá-lo e/ou significá-lo, ou seja, a intencionalidade do agente humano é central.

A agência distribuída: ator híbrido

Com uma perspectiva diferenciada de agência distribuída, como se verá adiante, e sem a existência de uma intencionalidade e subjetividade, Bruno Latour (2008 [2005]), com a proposta teórico-metodológica inovadora do ator-rede (TAR ou ANT em inglês – *actor-network theory*), fornece uma crítica sucinta à oposição entre subjetividade e objetividade na teoria social. A TAR parte do pressuposto de que tal oposição é infundada, pois considera que a vida social, a prática cotidiana, possui um caráter híbrido que permeia as relações entre objetos e pessoas, que, por fim resultam em elementos que reúnem em si as características dos dois polos, desse modo “*objetos podem ser sujeitos, assim como sujeitos podem ser objetos*” (ARONI, 2010, p. 12). Todavia, como ressalta Latour (2005), a Teoria Ator-Rede não foi delineada por ele, mas antes pelo sociólogo Gabriel Tarde no final do século XX, sobretudo em *Monadologia e Sociologia* (2003), obra responsável por dois aspectos fundamentais para a estruturação da TAR.

Primeiro, a oposição entre sociedade e natureza é desnecessária para a compreensão das interações humanas, ou o

social, sobretudo porque é proposta por Tarde uma substituição do termo social por associação, que possibilita melhor definição do conceito de rede, que é composta pelas associações entre elementos heterogêneos. O aspecto principal nessa formulação é não considerar a sociedade, e tampouco o humano, como a unidade principal de análise. Segundo, para se compreender a sociedade, ou melhor, as associações, não há necessidade de se distinguir entre micro e macro, pois estes resultam somente em uma variação de escala, não em uma limitação *a priori* das inter-relações entre os elementos heterogêneos (LATOURE, 2001). Quando se prioriza uma escala, se perdem muitas informações relacionadas com a escala oposta: o foco em análises de estrutura social, o macro, simplifica aspectos da escala micro relacionados com as particularidades: *“Para ser um bom sociólogo, Latour re-edita Tarde com a afirmação de que devemos olhar para baixo, para o pequeno, para o particular, para o detalhe e para as micro-histórias”* (QUEIROZ e MELO, 2008).

A Teoria Ator-Rede, como ressalta Latour (2008 [2005]), é uma alternativa para desenvolver a Ciência Social, ao focar-se em uma perspectiva não antropocêntrica e na qual a agência possui um caráter relacional, estando distribuída em toda a rede. A definição de ator, para Latour, é democrática e traduz esse caráter híbrido, ao não fazer distinção entre sujeito e objeto, tudo e todos são elementos/atores: desde coisas a pessoas, passando por sites, empresas e países. Por conseguinte, a agência desses atores não está definida a partir de uma intencionalidade, subjetividade de um sujeito, e sim, pela capacidade desse elemento em induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação, enfatizando-se, por outro lado, que um ator *“no es la fuente de una acción sino el blanco móvil de una enorme cantidad de entidades que convergen hacia él”* (LATOURE, 2008 [2005], p.73).

O conceito de rede, por outro lado, funciona muito mais como uma ferramenta metodológica, contribuindo no mapeamento das conexões entre os mediadores, que é realizado pelo pesquisador, não existindo na realidade, somente na descrição. Essa

rede, o social, agrega elementos heterogêneos, sujeitos e objetos, pois só assim, segundo Latour, é possível alcançar o social; sem os objetos não haveria sociedade, já que muitas interações são mediadas por e através de objetos. Seguindo essa lógica, um ator humano só é o que é devido à sua posição em uma rede ordenada de elementos heterogêneos; atos comumente atribuídos aos seres humanos, como produzir, escrever ou dirigir, só são possíveis por serem produzidos *“em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede”* (LAW, online).

Na rede de relações sociais, definida como uma associação momentânea que tem como finalidade agregar e produzir novas relações, a agência como ação encontra-se distribuída, deslocada, mediada por diferentes tipos de atores, não somente por agentes humanos, que possuem outras formas de transportar uma determinada ação, participando ativamente nesse processo, não como meros figurantes (LATOURE, *op. cit.*, p.105-107; XAVIER, 2007). Tal formulação é fundamental para a TAR, pois ela se propõe a rastrear as conexões das ações; se os objetos são excluídos destas, focando-se apenas nas interações cara a cara, a rede descrita não irá abranger, de fato, a realidade, que só será alcançada se forem incluídos elementos heterogêneos, provenientes de outros momentos e agências, e que têm a capacidade de mediar as ações, retransmitindo-as para outros mediadores: *“paradójicamente lo social no se hace visible hasta que se le permite colar se a través de agencias no sociales”* (LATOURE, *op. cit.*, p.277, ênfase do autor).

A agência, para Latour, possui um caráter relacional e está distribuída em toda a rede, não possuindo uma fonte de origem vinculada à intencionalidade, como em Gell, onde a agência dos objetos corresponde à imaterialidade dos objetos quando tidos como pessoas. Para Latour, a agência mediada/distribuída por diferentes atores não possui vínculos com processos de simbolização ou representação desencadeados por outros atores. Dessa forma, como afirma Aroni (2010, p.12), Latour reduz a

dicotomia entre subjetividade e objetividade, pois passa a ser reconhecido que um objeto não é somente uma ferramenta, mas que ele também tem a capacidade de alterar os objetivos prévios, mediar ou subsidiar uma nova ação. Como ressalta Xavier (2007, p.1083): *“Se entendemos que quem ‘faz’ é sempre o elemento humano (falamos de intenção e significação), não podemos descuidar do fato de que muitos outros elementos (humanos e não-humanos) ‘fazem-fazer’, do mesmo modo que uma faca ‘corta’ e uma pedra ‘faz’ o carro desviar-se.”*. Cabe salientar, neste ponto, assim como Law (online), que tal simetria de atores não equivale a um reducionismo, no caso em que tanto sujeitos como objetos são determinantes uns sobre os outros, pois não são apontados elementos suficientes pela TAR que possam levar a tal conclusão.

As coisas vivas: contra o modelo hilemórfico

As duas proposições anteriores estão centradas na atribuição de agência aos objetos, e segundo Ingold (2008⁵), ambas são resultado da persistência do modelo hilemórfico⁶ de criação presente na sociedade ocidental. Esse modelo, formulado por Aristóteles, reúne forma e matéria em uma equação onde a forma corresponderia ao produto final imposto por um agente, e a matéria receberia a imposição desse agente, sendo, portanto, passiva e inerte.

Os modelos teóricos propostos nesta perspectiva, seja da cultura material, seja da agência dos objetos ou até mesmo no próprio conceito de materialidade⁷, normalmente são direcionados

⁵ Uma versão em português foi publicada pela Horizontes Antropológicos, ver bibliografia (INGOLD, 2012).

⁶ Corresponde à junção de matéria (*hyle*) e forma (*morphé*).

⁷ Comumente, os estudos voltados à materialidade partem da preocupação em se compreender como os objetos são apropriados, entendidos e envolvidos nas ações de agentes humanos. A dicotomia entre sujeito e objeto permanece como uma barreira intransponível, já que não é percebida a capacidade de fluxo inerente aos objetos, que é

para compreender o que as pessoas fazem com o objetos, partindo-se do pressuposto de que os objetos, as formas em si, estão mortos (INGOLD, *op. cit.*, p.3). Pensando em uma crítica aos modelos fundamentados no modelo hilemórfico presentes tanto na antropologia como na arqueologia, Ingold formula uma abordagem baseada em cinco pontos fundamentais, com o objetivo principal de restituir vida aos objetos, que são considerados mortos pelo modelo hilemórfico. Dos pontos argumentados por Ingold, somente os dois primeiros serão tratados com mais detalhes, identificando-os como o cerne de sua crítica ao modelo hilemórfico: a inexistência de objetos e o problema da atribuição da agência aos objetos.

O primeiro argumento de Ingold parte das considerações feitas por Heidegger na diferenciação de uma coisa e um objeto. A partir das considerações do filósofo, o mundo estaria repleto de coisas, e não de objetos, de acordo com Ingold. Partindo das reflexões sobre o *status* de uma árvore, se esta é um objeto ou uma coisa, perpassando pelas considerações acerca dos elementos que a constituem, como insetos que vivem na casca e a própria casca da árvore, os pássaros que constroem seus ninhos e os próprios ninhos, e assim por diante, Ingold conclui que a árvore não é um objeto, mas, sim, um “*agregado de fios vitais*”, ou seja, uma coisa (INGOLD, 2012, p.29). Os objetos possuem uma superfície inacessível à inspeção do agente, apresentando-se como um fato consumado, uma entidade externamente limitada, contida e capturada. Nas coisas, por outro lado, várias ações ocorrem de maneira entrelaçada, “*um parlamento de fios*”, sendo caracterizadas principalmente como um nó de fios que podem se entrelaçar com fios de outros elementos, vazando através da superfície de sua forma e se estendendo, não sendo, portanto, contidas em si. Por isso uma árvore é considerada uma coisa por Ingold, pois os fios que a caracterizam estão entrelaçados com fios oriundos de outras entidades, como a casca de seu tronco, os

independente da ação humana.

musgos ou os líquens. As coisas são formadas sem ou com a menor intervenção de agentes, como nuvens, pedras, árvores e até construções:

A casa real nunca fica pronta. Ela exige de seus moradores um esforço contínuo de reforço face ao vaivém de seus habitantes humanos e não humanos, para não falar do clima! A água das chuvas pinga através do telhado onde o vento carregou uma telha, alimentando o crescimento de fungos que ameaçam decompor a madeira. As canaletas estão cheias de folhas apodrecidas, e, como se não bastasse, lamenta Siza (1997, p.48), 'legiões de formigas invadem o batente das portas, e há sempre cadáveres de pássaros, ratos e gatos'. Não muito diferente da árvore. A casa real é uma reunião de vidas, e habitá-la é se juntar à reunião – ou, nos termos de Heidegger (1971), participar com a coisa na sua coisificação. (INGOLD, 2012, p.30)

A partir desse primeiro argumento, Ingold desenvolve de maneira entrelaçada os elementos fundamentais que constituem seu segundo argumento: o ambiente sem objetos (ASO ou em inglês, *environment without objects – EWO*) e o problema da agência dos objetos. Para Ingold, ao contrário de *ocuparmos um mundo com objetos*, nós *habitamos um ambiente sem objetos*, no qual nos juntamos aos processos de formação e dissolução de diferentes entidades, que correspondem às coisas, que assim como nós, também estão vivas, pois elas vazam por e através de suas superfícies por meio do entrelaçamento dos fios que as constituem.

Os processos de vida das coisas estão centrados em todos os tipos de fluxos de e entre materiais, e para habitar este mundo é necessário se reunir aos processos responsáveis pela formação e

dissolução de diferentes entidades que caracterizam um ASO, pois só assim os fluxos não serão contidos, como ocorre na definição dos objetos. O problema da agência dos objetos resulta justamente pelo fato de não existirem objetos no ASO, somente coisas. Logo, se não existem objetos, mas somente coisas, ocorre que a atribuição de agência dos objetos feita por alguns pesquisadores criticados por Ingold, no lugar da vida das coisas, resulta na armadilha de considerar as coisas como objetos, retirando-lhes a vida e, conseqüentemente, negando-se os processos de vida inerentes às coisas. No ASO as coisas são capazes de agir não porque possuem agência, seja ela atribuída ou própria, mas, sim porque estão vivas, e pensar em agência dos objetos é considerar uma dupla redução: de coisas para objetos e de vida para agência. Como enfatiza Ingold no problema da agência:

[...] sugiro que o problema da agência nasce da tentativa de reanimar um mundo de coisas já morto ou tornado inerte pela interrupção dos fluxos de substância que lhe dão vida. No ASO as coisas se movem e crescem porque elas estão vivas, não porque elas têm agência. E elas estão vivas precisamente porque não foram reduzidas ao estado de objeto. A ideia de que objetos têm agência é, na melhor das hipóteses, uma figura de linguagem, imposta a nós (anglófonos, ao menos) pela estrutura de uma linguagem que exige de todo verbo de ação um sujeito nominal. Na pior, ela tem levado grandes mentes a se enganar de um modo que não gostaríamos de repetir. Com efeito, tomar a vida de coisas pela agência de objetos é realizar uma dupla redução: de coisas a objetos, e de vida a agência. (INGOLD, *op. cit.*, p.33-4)

Os três últimos argumentos de Ingold perpassam questões que estão intimamente vinculadas às suas duas primeiras proposições, estando relacionadas com a materialidade, com a abdução e com as redes. O conceito de materialidade, tal como é utilizado sob o modelo hilemórfico, reproduz a dicotomização entre forma e matéria, remetendo tanto ao estado bruto, que é atribuído ao mundo, como a forma que lhe é dada através da agência humana. Como uma tentativa para se compreender os fluxos do mundo material entre pessoas e objetos, tem-se desenvolvido abordagens que buscam atribuir uma agência aos objetos, o que conduz a um duplo reducionismo para Ingold, como mencionado anteriormente. Novamente aqui, o fato de Ingold considerar que não há objetos, e sim coisas, o direciona para a conclusão de que a materialidade conduz a um mundo material de objetos, que estão contidos em si. Em contrapartida, o ASO corresponde a um mundo de materiais que estão em constante fluxo na formação e dissolução de entidades.

Os dois últimos argumentos de Ingold esclarecem sobre a natureza das relações entre as coisas. Os caminhos seguidos pelos fluxos de vida dos materiais são criativos e não obedecem necessariamente à abdução de uma ação ou a um projeto da mente de um agente. Nesse ponto Ingold critica principalmente o conceito de abdução de agência proposto por Gell que, segundo o autor, está impregnado do modelo hilemórfico. Ao propor uma leitura das ações da criatividade “de trás para frente”, Gell se concentra na captura dos atos cognitivos que resultam na abdução de uma agência provocada pela ação de um agente social, exclusivamente humano, que também é responsável pela alteração da matéria.

Mesmo a proposta de Gell sendo voltada para objetos de arte, Ingold considerada que tais elementos não são objetos, mas, sim coisas, pois: “(...) como argumentou Klee, o papel do artista não é reproduzir uma ideia preconcebida, nova ou não, mas juntar-se a e seguir as forças e fluxos dos materiais que dão forma ao trabalho” (INGOLD, 2012, p.38). Assim, o principal problema na abordagem de

Gell é a retirada da vida das coisas, e, por conseguinte, reduzindo-as a objetos. Ao contrário de uma leitura “de trás para frente”, Ingold enfatiza a importância de se empregar uma leitura “para frente”, onde predomina no lugar da abdução, a improvisação, que nada mais é do que seguir os fluxos ou linhas de vida na medida em que ambos se desenrolam, não se preocupando em definir as conexões, até porque esses fluxos/linhas não se conectam, mas se entrelaçam.

Assim, e por fim, esses caminhos de fluxos não são considerados relações que interligam uma coisa à outra, mas linhas pelas quais as coisas vêm a ser o que são, resultando em um emaranhado de caminhos e de coisas, não correspondendo às redes da Teoria Ator-Rede, mas, sim, a um “*uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento*” (INGOLD, *op. cit.*, p.27). A ênfase de Ingold nas linhas de fluxos que resultam na malha se dá em oposição à concepção de relações de conexões da rede imbuída na Teoria Ator-Rede, cujo objetivo é apontar que a agência não está concentrada em atores humanos, e sim distribuída entre elementos heterogêneos que estão conectados em uma rede. No entanto, Ingold aponta que a tradução para o inglês da expressão *acteur réseau*, simplesmente como *actor-network*, resultou na utilização do conceito de conectividade como atributo definidor da rede. Todavia, o termo *réseau* também pode ser traduzido como *netting*, ou seja, tecer uma malha ou, como Ingold prefere, uma teia de aranha. A diferença fundamental entre a rede e a malha é que, enquanto a primeira corresponde a redes de comunicação cujas relações se conectam, a segunda se refere às linhas que são tecidas à medida que as coisas se movimentam, como extensões de si próprias: “(...) *quando eu falo de um emaranhado de coisas, é num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento*” (INGOLD, *op. cit.*, p.27).

O problema principal para Ingold está na compreensão inadequada de nossa realidade imbuída no modelo hilemórfico, pois antes de tudo, habitamos um mundo sem objetos (ASO), e o que de

fato existe são coisas. Ao contrário dos objetos, as coisas, definidas por Ingold como um nó de linhas, estão vivas simplesmente pelo fato delas vazarem através de suas superfícies por meio de suas linhas que se entrelaçam com linhas oriundas de outras entidades. Logo, a diferença principal entre a agência dos objetos e as coisas vivas, para Ingold, é que na primeira a atribuição de agência aos objetos é uma redução dupla do que é considerado realidade pelo autor; primeiro porque se retira a vida de uma coisa ao considerá-la como objeto, e segundo porque a atribuição de uma agência a um objeto resulta em uma tentativa ineficaz de restituir a vida de uma coisa que lhe foi subtraída no momento em que a coisa foi considerada objeto. As coisas estão vivas porque os emaranhados de linhas que as formam não estão contidos em uma entidade. Assim, e de modo radical, Ingold propõe uma abordagem em que as dicotomias entre sujeito X objeto e materialidade X imaterialidade são desfeitas a partir de uma nova compreensão de nossa realidade.

Conclusão

Incluir, ou reconstituir aos objetos o papel que desempenham nas ações de agentes humanos, como dito anteriormente, é ampliar a compreensão das relações estabelecidas entre eles, além de propor formas de superar a dicotomia entre sujeito X objeto e materialidade X imaterialidade. De todo modo, apesar de diferentes esforços para contornar o problema, há diferenças notáveis nas soluções adotadas pelas abordagens propostas.

Gell propõe uma agência distribuída de forma desigual: uma passiva para objetos e ativa para os sujeitos, centrando-se na abdução de agência dos objetos para compreender como ocorre a distribuição desta, focando também na intencionalidade do agente e nos respectivos processos de imaterialização pelos quais passam os objetos que abduzem uma agência. Por outro lado, Latour, preocupado em rastrear o social, parte de uma noção diferenciada

da utilizada por Gell de agência distribuída, compreendendo que a agência está distribuída e é mediada por elementos heterogêneos (diferentes atores) em uma rede de relações. Ingold, de uma forma radical, considera que não existem objetos no mundo, mas no lugar deste há um ambiente sem objetos. Como enfatizado pelo autor, os objetos são tidos como mortos no modelo hilemórfico, e para se compreender o fluxo de interações das pessoas e objetos, tem-se desenvolvido abordagens teóricas, dentro do modelo hilemórfico, que buscam atribuir agência aos objetos.

Como apontado no texto, a abordagem proposta por Gell não soluciona satisfatoriamente a dissolução das dicotomias supracitadas, pois ainda mantém foco na intencionalidade do agente em atribuir uma agência ao objeto. Por outro lado, e de modos diferentes, Latour, ao considerar elementos heterogêneos na rede de relações, e Ingold, ao descartar a agência dos objetos e se centrar nas coisas vivas, fornecem abordagens que problematizam e se propõem a minimizar, de fato, as dicotomias entre sujeito X objeto e materialidade X imaterialidade.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Caleb Farias. A agência de Gell na Antropologia da Arte. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 14, n. 29, jan./jun., p. 315-338, 2008.
- ARONI, Bruno Oliveira. Por uma etnologia dos artefatos: arte cosmológica, conceitos mitológicos: *Revista Proa*, n. 2, v. 01, p. 1-27, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, p. 46-81, 1994.
- DENNETT, Daniel Clement. *Brainstorms: philosophical essays on mind and psychology*. Brighton: Harvester, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *The Rules of Sociological Method*. Nova York: Free Press, 1966.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: an anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- INGOLD, Tim. *Bringing Things Back to Life: creative entanglements in a world of materials*. Material Worlds Symposium, Brown University. Apr. 18, 2008. (ONLINE) <www.reallifemethods.ac.uk/events/vitalsigns/programme/documents/vital-signs-ingold-bringing-things-to-life.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun., 2012.
- LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008 [2005].
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. Gabriel Tarde and the end of the social. In: JOYCE, Patrick. *The Social Question*. Newbearings in history and social sciences. London: Routledge, 2001.
- LAW, John. *Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade*. (ONLINE)

- <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Aitor-Rede.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas*– 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ORTNER, Sherry Beth. Uma atualização da teoria da prática. In: ROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas – 25ª RBA*. Blumenau: Nova Letra, p. 19-43, 2006a.
- ORTNER, Sherry Beth. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: ROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas – 25ª RBA*. Blumenau: Nova Letra, p. 45-80, 2006b.
- QUEIROZ E MELO, Maria de Fátima Aranha de. Mas de onde vem o Latour? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(2), São João Del Rei, fev. 2008.
- SAHLINS, Marshall. *Metáforas Históricas e Realidades Míticas: estrutura nos primórdios do reino das ilhas Sandwich*. Tradução de: FREHSE, Fraya. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- XAVIER, Caco. Paroxismos e ambivalências, sociotecnias. *História, ciências, saúde - Manguinhos*, v. 14, n. 3 p. 1079-1085, 2007. (ONLINE)
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Recebido em: 15/07/2013
Aprovado em: 11/08/2013
Publicado em: 04/10/2013